

85
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0319785-3

COMARCA: São Lourenço da Mata

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADA: Valdinez Alfredo dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO RANIBIZUMABE (LUCENTIS). PACIENTE PORTADOR DE EDEMA MACULAR NO OLHO DIREITO, EM DECORRÊNCIA DE OCLUSÃO DO RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA E DEGENERÇÃO EXSUDATIVA DA MÁCULA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. Registrou-se, inicialmente, que o presente agravo deve ser processado na forma instrumental, eis que versa sobre questão passível de causar ao agravado lesão grave e de difícil reparação. 2. A obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 3. A necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a existência de suposto dano irreparável ou de difícil reparação restaram evidenciadas pela apreciação do 'laudo oftalmológico', subscrito pelo Dr. Luiz Guilherme Freitas (CRM 16006), cujo conteúdo não foi contraditado pelo Estado. 4. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS, já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 5. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Valdinez Alfredo dos Santos, devidamente atestada nos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 6. Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 7. Cristalina, portanto, a presença da verossimilhança do direito do agravado e bem assim o *periculum in mora*, a legitimar a antecipação de tutela deferida em primeiro grau. 8. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte agravada não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação solicitada, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 9. Agravo de Instrumento parcialmente provido, em ordem a reformar a decisão agravada, e a limitar a obrigação do Estado ao fornecimento de 03 (três) doses do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, durante 03 (três) meses consecutivos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0319785-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em dar provimento parcial ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0319785-3
COMARCA: São Lourenço da Mata
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADA: Valdinez Alfredo dos Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Lourenço da Mata, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0002464-22.2013.8.17.1350, que deferiu o pedido de tutela antecipada formulado pelo autor, ora agravado, nos seguintes termos:

“Diante de todo o exposto e o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 273 do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela no sentido de determinar que o Estado de Pernambuco forneça no prazo de 24h (horas) o medicamento descrito na exordial, consistente em Ranibizumab – Lucentis, invítrea sendo uma aplicação a cada 30 dias, conforme laudo de fls. 14, todos os meses, ininterruptamente, à parte autora para ser ministrado exclusivamente na forma descrita pelo médico assistente, sendo facultado à Farmácia do Estado encaminhar diretamente ao paciente, devendo para tanto ser o Estado informado acerca do endereço do estabelecimento médico na forma legal pela parte autora.

Fica desde já arbitrada multa diária pelo descumprimento da obrigação no valor R\$1.000,00 (hum mil reais), sem prejuízo das demais sanções pertinentes.

Na via ordinária, sustenta o autor/agravado que é portador de edema macular no olho direito, em decorrência de oclusão do ramo da veia central da retina e degeneração exsudativa da mácula, razão pela qual pugna pelo fornecimento do medicamento LUCENTIS (Ranibizumabe) intravítrea, 01 (uma) aplicação mensal, a cada 30 (trinta) dias, e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, conforme preceitua o ‘laudo oftalmológico’ (fl. 32), subscrito pelo Dr. Luiz Guilherme Freitas (CRM 16006).

Assevera o autor/agravado a imprescindibilidade do referido medicamento, posto que, “a demora no provimento judicial acarretará ao autor a debilidade de sua função ocular”, ou seja, a perda de sua visão, “salientando-se que o autor já é cego do olho esquerdo”, o que comprovaria a urgência do fornecimento do referido medicamento, nos termos do ‘laudo oftalmológico’ supra referido.

Nesse sentido, aduz que “o referido medicamento, qual seja, o RANIBIZUMABE (LUCENTIS) não faz parte do componente especializado da assistência farmacêutica do Ministério da Saúde e, por conseguinte, não é fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse panorama, o autor/agravado aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde as prescrições constitucionais constantes dos arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, I e XXXV, §1º e 196, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

O Estado interpôs o presente agravo, argumentando, em síntese: (i) que a decisão *a quo* teria determinado o fornecimento de medicamento de marca quando há no mercado genérico com o mesmo princípio ativo e mesma eficácia e preço consideravelmente menor; (ii) que o Ranibizumabe (LUCENTIS) é um medicamento que se apresenta em ampola de 0,23ml, com 10mg/ml da droga, utilizando-se, em cada aplicação, 0,05 mg, ou seja, 0,05 ml de cada ampola, a qual é suficiente para 4,6 aplicações/doses; (iii) no caso específico do Lucentis a avaliação de junta médica vinculada ao sistema público de saúde não constitui *“mera burocracia, mas medida de prevenção, até mesmo para que não paire qualquer tipo de dúvida quanto a real necessidade do tratamento”*; (iv) que a quantidade pleiteada por médico particular seria incompatível com o tratamento recomendado pelo próprio fabricante; (v) que a decisão agravada não teria delimitado o tempo de fornecimento do medicamento em foco, pelo que pugna pela reforma da decisão, neste ponto, para que *“o fornecimento da droga se limite a três aplicações (três meses), devendo o autor ser reavaliado quanto à necessidade de continuidade do tratamento”*; (vi) a ausência dos requisitos necessários à concessão da antecipação de tutela, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a prova inequívoca a ampará-las, eis que não restariam comprovadas nos autos a necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a existência de suposto dano irreparável ou de difícil reparação; (vii) *“o Ministério da Saúde editou Portarias nas quais constam os medicamentos a serem distribuídos gratuitamente à população pelos entes públicos; medicamentos esses catalogados após estudos médico-científicos prévios feitos por profissionais do SUS, atendendo-se aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência dos gastos públicos”*; (viii) O Sistema Único de Saúde filiou-se a corrente da medicina baseada em evidências, adotando, assim, os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT); (ix) *“um medicamento ou tratamento em desconformidade como o Protocolo Clínico, além de contrariar um consenso científico vigente, afronta a presunção de legitimidade que possui um ato administrativo que somente poderá ser elidida mediante prova inequívoca a cargo do acionante, nos termos do art. 333, I, do CPC, da ineficácia e inadequação dos tratamentos testados e aprovados pela Administração Pública no âmbito do SUS, para o seu caso, ou da impropriedade da política de saúde existente – inadequação da prova científica adotada pelo SES ou inadequação do PDCT”*; (x) que o autor/agravado postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (xi) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pela agravada não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a legalidade, a economicidade e a eficiência; (xii) que a aquisição de medicamentos pela Administração é medida a ser adotada com observância das regras de direito financeiro e de direito administrativo e deve ser realizada por meio de procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Carta Magna; (xiii) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo agravado, ante o condicionamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

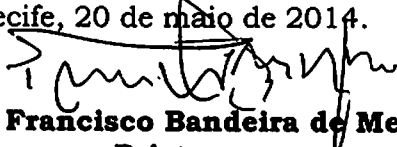
orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; e (xiv) a fixação dos astreintes configura-se como ônus excessivo, malferindo o disposto no § 4º, do art. 461, do CPC, bem como as noções de equidade que devem pautar as decisões judiciais; (xv) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação.

Em suas contra-razões (fls. 54/64), argumentou o autor/agravado: (i) a necessidade de conversão do presente agravo em retido, ***“tendo em vista a inexistência de lesão grave e de difícil reparação sofrida por parte do agravante”***; (ii) a ausência de interesse recursal quanto a astreintes, uma vez que, *“na hipótese vertente, não há utilidade para o recorrente em pleitear a revogação ou a diminuição da astreintes porque o simples fato da fixação da multa não lhe acarreta prejuízo”*, ou seja, *“dano efetivo adviria caso o recorrente descumprisse a determinação judicial de suspensão dos descontos”*, pois, *“a simples fixação da multa não lhe enseja gravame”*; (iii) *“o objetivo da astreintes não é substituir o objeto da obrigação de fazer imposta, mas sim, garantir que esta última será cumprida a contento”*; (iv) o *“direito a saúde está consagrado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 196”*; (v) *“além da previsão constitucional, a NOB nº 01/96 do SUS, PUBLICADA NO D.O.U DE 06/11/1996, prevê em seu subitem 6.1 que é de responsabilidade do Estado a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de alto custo, além de tratamento fora do domicílio, disponibilidade de medicamentos e insumos especiais”*; (vi) *“quando o Poder Judiciário intervém para assegurar ao cidadão direito consagrado na CF não há ofensa a qualquer princípio presente na Carta Magna”*; (vii) *“o Poder Judiciário tem competência para exercer o controle da legalidade dos atos administrativos emanados do Poder Executivo”*; (ix) o STF tem o entendimento de que é dever do Estado fornecer o medicamento ou tratamento médico ora requerido pelo agravado; (viii) o STJ *“tem entendimento pacificado quanto à obrigação do SUS em atender aos que dela necessitem”*, sob pena de afronta ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; requerendo, ao final, o improvimento do agravo de instrumento, *“um vez que a decisão vergastada está em consonância com a jurisprudência da Corte Suprema e do Superior Tribunal de Justiça”*.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls. 70/76) pelo improvimento do recurso.

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 20 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0319785-3

COMARCA: São Lourenço da Mata

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADA: Valdinez Alfredo dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, pugna o autor/agravado pelo fornecimento, em forma prescrita pelo profissional que o acompanha (fls. 32), da medicação Ranibizumabe (LUCENTIS), por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Registro, inicialmente, que o presente agravo deve ser processado na forma instrumental, eis que versa sobre questão passível de causar ao agravado lesão grave e de difícil reparação.

Como visto, pugna o autor/agravado pelo fornecimento, em forma prescrita pelo profissional que o acompanha (fls. 32), da medicação LUCENTIS (Ranibizumabe) intravítrea, 01 (uma) aplicação mensal, a cada 30 (trinta) dias, por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto, no ponto, que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A necessidade/eficácia do medicamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a existência de suposto dano irreparável ou de difícil reparação restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo oftalmológico' (fl. 32), subscrito pelo Dr. Luiz Guilherme Freitas (CRM 16006), cujo conteúdo não foi contraditado pelo Estado.

Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS, já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Valdinez Alfredo dos Santos, atestada pelo documento acostado à fl. 32 dos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.

3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda)."

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

"EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O



89
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006)."

Como antevisto, é fora de dúvida que o agravado sofre de edema macular no olho direito, em decorrência de oclusão do ramo da veia central da retina e degeneração exsudativa da mácula, patologia que ensejou o ajuizamento da ação em lume, pleiteando, para o tratamento respectivo, o fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS).

Ocorre que, com relação a tal medicamento, subsistem certas peculiaridades a serem destacadas.

Conforme demonstra a própria bula do medicamento, o Ranibizumabe (LUCENTIS) se apresenta em ampola de 2,3mg/0,23ml, com 10mg/ml da droga, devendo-se utilizar, em aplicações realizadas a cada 04 (quatro) semanas/mensalmente, a dose de 0,5 mg/0,05 ml de cada ampola.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Depreende-se ainda (fl. 29) que *"O tratamento da degeneração macular com o Lucentis é feito administrando-se 03 (três) doses, seguidas de monitoramento pelo oftalmologistas. Neste monitoramento (...) se não houver resposta satisfatória, serão administradas novas doses"*.

Assim, e em sendo as aplicações mensais, pôde-se aferir que seria necessário o fornecimento de pelo menos 03 (três) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) ao agravado, a serem aplicadas na quantidade de 01 (uma) ampola/mês, intravítrea, por 03 (três) meses consecutivos, nos termos prescritos pelo 'laudo oftalmológico' (fl. 32), subscrito pelo Dr. Luiz Guilherme Freitas (CRM 16006), conforme determinado pelo Juízo *a quo*.

Ademais, é certo que após os 03 (três) primeiros meses de uso do referido medicamento, quando se adentra na denominada 'fase de manutenção', deverá o paciente ser monitorado mensalmente pelo oftalmologista, que, mediante laudo médico circunstanciado, indicará a utilização de novas doses do medicamento, se até então não houver resposta satisfatória.

Cristalina, portanto, a presença da verossimilhança do direito do agravado e bem assim o *periculum in mora*, a legitimar a antecipação de tutela deferida em primeiro grau.

Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte agravada não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação solicitada, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento.

Ante o exposto, **dou provimento parcial** ao presente Agravo de Instrumento, em ordem a reformar a decisão agravada (fls. 34/38), e a limitar a obrigação do Estado ao fornecimento de 03 (três) doses do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) - para aplicação de 01 (uma) injeção mensal, intravítrea, durante 03 (três) meses consecutivos.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator